

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

Como (não) se dança o baião

As primeiras suspeitas, datadas do início da tarde, levantavam a hipótese de o juízo haver faltado repentinamente à mente do ministro do Desenvolvimento, Clóvis Carvalho, quando pela manhã ele cobrou ousadia aos que, na condução da política econômica, privilegiam exclusivamente a busca da estabilidade em detrimento do desenvolvimento.

Perplexos, os participantes do seminário promovido pelo PSDB justamente para discutir a utilidade de tal dicotomia, ouviram ainda o outrora circunspecto ministro abrir a guarda governamental denunciando a existência de divergências sobre o assunto, que provocam "tensões internas" na administração. Não bastasse, Clóvis quase foi às armas quando traduziu "excesso de cautela" por "covardia" e ensinou que o desenvolvimento não significa o fim dos tempos. Para usar termo do autor, não prenuncia a chegada do "apocalipse".

Vindo que quem veio, convenhamos que tal manifestação dava de fato margem àquelas primeiras suspeitas. Já no início da tarde, perplexidades serenadas, havia duas outras explicações possíveis e certamente mais plausíveis: Clóvis Carvalho assumiu o discurso dos tucanos cujo pioneiro foi Luis Carlos Mendonça de Barros, está trabalhando francamente pela queda de Pedro Malan do ministério da Fazenda e resolveu rasgar a fantasia vocalizando uma intenção em nome do presidente.

Se pensarmos um par de minutos, veremos que esta interpretação não faz muito sentido. Pelo simples fato de que Clóvis Carvalho não tem divergências de fundo com o governo, até semana passada defendia a tese oficial majoritária segundo a qual é preciso dar tempo ao tempo porque o que havia para ser feito já foi feito e, além disso, fez o que soou como diatribe contra a política econômica no mesmo dia em que o presidente da República deu uma entrevista ao *Estado de S. Paulo* reafirmando a manutenção da rota atual. Recado de Fernando Henrique, portanto, não era.

Não tendo sido um acesso nem tradução de uma estratégia, sobra uma terceira interpretação, esta sim prenhe de sentido, ainda mais porque resulta de uma análise feita por amigo extremamente próximo a Clóvis Carvalho. Por esse raciocínio, o ministro atrapalhou-se ao tentar navegar por mares nunca dantes navegados por ele, o desconhecido e difícil terreno da comunicação política baseada em simbologias.

**Clóvis Carvalho
revelou briga
interna no governo
e deixou o
presidente na
obrigação
de arbitrá-la**

De tato, na cerca de dez dias, numa conversa em

que apoiava o caminho escolhido por FH, Clóvis Carvalho batia também muito na tecla de que o governo necessitava de uma comunicação mais assertiva e agressiva com a sociedade para sair da letargia e mostrar que estava consciente de que o desenvolvimento era o fim e a estabilidade apenas o meio.

Isso mostra que havia aflição naquela alma, pode explicar também que ele, ministro do Desenvolvimento, tenha querido fazer um serviço pelo qual demonstraria à nação que o governo também defende o desenvolvimento, a ousadia e que não é um refém do excesso de cautela. Mas não justifica atos que não medem resultados.

Clóvis Carvalho agiu como se, passado pelo estágio em que transitou na reclusão da Casa Civil para a ribalta do ministério do Desenvolvimento, tivesse sentido que chegara a hora de mostrar a todos como é que se dança o baião.

Mostrou-se no máximo, aprendiz de uma arte que para os de fora parece fácil, mas é de difícil execução pois necessita de um longo período de maturação antes de ser exercida com desenvoltura e independência de ação e pensamento.

Se ele não notou, o resultado de seu desejo de partir para a ofensiva – ainda que com a intenção de ajudar – pode render conseqüências nefastas e leituras maléficas.

Logo de início, conseguiu fazer a última coisa que o governo queria que era, neste momento, desviar o foco dos debates do Plano Plurianual. Depois, conseguiu chamar o presidente da República de covarde, dado que a política econômica é dele e contém "excesso de cautela" o que, na tradução de Clóvis, "é o nome outro da covardia".

Conseguiu também passar recibo de que existe uma briga interna no governo e ainda deixou ao presidente a obrigação de arbitrá-la publicamente. Se Clóvis, que não tem como os governadores tucanos futuro político a preservar e é tido como servidor fidelíssimo ao presidente, falou do fundo do coração, fica na obrigação de sair. A menos que se aceite na condição de soldado de guerra errada.

No terreno das conseqüências ele pode também ter acrescentado à paciência de Malan motivos para que dia desses o ministro conclua que não tem a menor necessidade de ficar levando desaforo para casa, ainda que o desaforado seja antes de tudo um bem intencionado.

Por essas e por outras é que o jogo da política requer um certo profissionalismo.

Volver

A nota "meia-volta", publicada ontem, continha uma sandice que só não será perpetrada porque ao leitor nada escapa. Dois deles escrevem para lembrar, cobertos de razão, que Ney Suassuna não é "senador eleito pelo Rio". É eleito pela Paraíba, embora more e tenha a parte substancial de seus negócios no Rio. É esquisito, mas não justifica o erro.

e-mail para esta coluna: dkramer@jb.com.br